

Análise institucional e pesquisas sócio-históricas: estado atual e novas perspectivas*

Antoine Savoye**

Uma compatibilidade paradigmática

Hoje em dia, será ainda necessário explicar, e mesmo justificar, o lugar da pesquisa sócio-histórica no campo da análise institucional (AI)?¹ Parece-me que não, mas talvez se trate de uma dessas evidências cujo fundamento convém lembrar, brevemente que seja.

Se as pesquisas sócio-históricas são compatíveis com o paradigma científico da AI, é primeiramente em razão da própria estruturação deste último, organizado em torno de seu conceito-pivô, a *instituição*. Com efeito, a *institucionalização*, terceiro momento do conceito de instituição, designa um processo que se desdobra no tempo e só é perfeitamente compreensível mediante a reconstituição de seu desenvolvimento diacrônico. A idéia de institucionalização, portanto, implica raciocinar em termos de duração, temporalidade e historicidade.

No plano operacional, isto significa que a análise dos processos de institucionalização de uma práxis social supõe uma referência à sua história. Esta pode ser recente (“história imediata”) ou antiga (“história moderna”, “história contemporânea”), abordada na perspectiva da longa ou da curta duração, apreendida num campo restrito (à escala, por exemplo, de uma unidade social como um estabelecimento) ou de envergadura maior (à escala, por exemplo, de um movimento social ou de uma corrente de pensamento e de ação). Em cada um dos casos, a objetivação histórica levanta problemas metodológicos e técnicos específicos, dos quais falaremos adiante. Mas a abordagem histórica parece necessária a uma AI centrada sobre a institucionalização.

Central na AI, o conceito de institucionalização não é o único a requerer trabalhos de natureza histórica. Os conceitos conexos de *gênese*

teórica e gênese social – instrumentos forjados, particularmente, para analisar instituições (ou práxis) do campo do conhecimento e do saber – igualmente orientam qualquer análise institucional para trabalhos históricos. Com efeito, uma práxis cognitiva tem uma gênese teórica, isto é, uma história que é a das “condições da ciência como ciência” (M. Foucault). As primeiras enquetes sociais (sociológicas) que vêm à luz no século XIX, tendo por objeto a condição e o modo de vida dos operários, são um bom exemplo deste tipo de gênese. Seus autores inventam um modo de produção do conhecimento ao transpor, para o estudo das sociedades, métodos e procedimentos de observação e classificação de fatos sociais tomados de empréstimo a especialidades e práticas já existentes – tanto as ciências naturais e a mineralogia quanto as viagens geográficas e as missões industriais e econômicas.

Esta gênese teórica se conjuga com uma gênese social constituída pelo entrelaçamento de fatores de natureza política, social e institucional que presidem à emergência da nova práxis cognitiva. Deste modo, as enquetes sociais – para continuar a usar o exemplo – podem ser esquematicamente explicadas por três fatores concomitantes, que as suscitam. Primeiramente, com o progresso do capitalismo industrial e o desenvolvimento das classes operárias, aparecem problemas sociais novos, não imediatamente solucionáveis com a ajuda dos esquemas de pensamento e de ação existentes. A emergência de tais problemas (pauperização, desmoralização, revoltas abertas), de caráter enigmático, constitui o fator social que vai contribuir para a geração de algumas enquetes. Em segundo lugar, diante dessa crise social e da incapacidade das doutrinas econômicas e sociais, sejam elas tradicionais ou novas (cristianismo, socialismo, liberalismo), para fornecer esclarecimentos ao poder de Estado, este se volta para os pioneiros de uma ciência positiva das sociedades, encorajando-os a produzir a compreensão nova de que ele necessita. É o fator político. Entretanto, crise social e demanda estatal não são suficientes por si mesmas para explicar o desenvolvimento das enquetes sociais, pedra angular da ciência das sociedades que emerge na

França sob a Monarquia de Julho (1830-1848). Para que estas enquetes se concretizem, uma mediação é necessária. As instituições caritativas ou eruditas, mobilizadas para sair do duplo impasse (social e político), serão tal vetor, constituindo assim o fator institucional da gênese social da sociologia empírica.

Reconhecida a compatibilidade entre o paradigma da AI e as pesquisas sócio-históricas no plano teórico e conceitual, resta-nos especificar, em primeiro lugar, os trabalhos que o atestam; em seguida, aquilo que esta compatibilidade implica no plano operacional; finalmente, que perspectivas se abrem, hoje, aos analistas institucionais que queiram combinar AI e socio-história.

Uma recorrente orientação de pesquisa

A pertinência da pesquisa socio-histórica numa perspectiva de AI é atestada por uma série de trabalhos, remontando os mais antigos aos primórdios da AI. Como assinalei já em 1988², o próprio René Lourau inaugurou a série: uma de suas primeiras obras, anterior à publicação de *A análise institucional* (1970), ou seja, *L'Instituant contre l'institué* (1969), contém, ao lado da análise de fenômenos hipercontemporâneos ainda em marcha na França nos anos 1968-69, trabalhos de natureza socio-histórica sob a forma de dois estudos, um consagrado ao sindicalismo francês a partir de seu reconhecimento pela lei de 1884 e outro aos começos do surrealismo.

A partir de 1969, outros analistas institucionais se serviram da via aberta por Lourau. Não retomarei aqui meu inventário de 1988, contentando-me em completá-lo, no que tange ao domínio francês, remetendo aos trabalhos de Dominique Hocquard sobre a orientação escolar e profissional, de Jean-François Marchart sobre a ciência da educação e a economia social, de Ahmed Lamihi sobre a pedagogia

institucional e a autogestão pedagógica, bem como a meus próprios estudos acerca dos começos da sociologia empírica e da educação nova.

Deste conjunto de trabalhos emanam algumas constantes, permitindo delimitar os domínios e os objetos preferenciais das análises institucionais de orientação socio-histórica. Dois domínios são prioritariamente explorados: por um lado, as correntes pedagógicas que tentam transformar diretamente as práticas educativas³; por outro, as disciplinas científicas em que se enraíza a própria AI – a sociologia e as ciências da educação. Além de possuírem especificidade teórica, estas análises institucionais se ligam, portanto, à história da educação e à história das ciências do homem, respectivamente.

Quanto aos objetos de tais trabalhos, podemos classificá-los em três ordens, conforme as análises institucionais se centrem sobre a *gênese* das disciplinas científicas (ou das correntes educativas) acima mencionada, sobre sua *história institucional* (finalidades, organização, base social, crises e rupturas) uma vez fundadas ou, finalmente, sobre os *métodos e técnicas* científicos ou pedagógicos postos em ação por essas disciplinas ou correntes (a monografia⁴, por exemplo).

Conduzidos com a ajuda dos conceitos acima evocados, esses trabalhos podem, em troca, enriquecer o paradigma da AI. Nossas pesquisas relativas à ciência social de Le Play, por exemplo, levaram-nos a distinguir dois tipos de institucionalização, correspondentes a dois momentos históricos da instituição. Quando esta se constitui originalmente, pode-se falar em *institucionalização fundadora* (IF), processo pelo qual a instituição toma forma, ao mesmo tempo em que cria as condições para sua perpetuação. No caso da ciência social de Le Play, esta IF supõe, por um lado, a definição de um *corpus* teórico reconhecido, que exerça autoridade; por outro, a delimitação de métodos de pesquisa transmissíveis e reproduzíveis, facultando o desenvolvimento da “ciência normal” (T. Kuhn); enfim, correlativamente, a organização de um ensino estruturado, assegurando a renovação de gerações de pesquisadores, a reprodução da Escola de Le Play, em suma. Mas estando

a instituição fundada, ela é sede de uma dialética entre um *instituído* (por mais novo e inédito que seja) e um *instituinte* (isto é, uma negatividade que o contesta), dialética que se resolve num processo de institucionalização. Pode-se então falar de *institucionalização ordinária* (ou permanente). Esta não é da mesma natureza que a IF e não coloca radicalmente em questão os fundamentos da instituição; simplesmente a transforma, infletindo suas orientações, remanejando seu funcionamento, modificando sua composição social.

Parece-me que a evocação sumária destas pesquisas socio-históricas indica claramente que, por sua recorrência, elas constituem um eixo de pesquisa consubstancial à AI, mesmo se ocupam, no seio do *corpus* das análises institucionais realizadas, um lugar menos emblemático que as pesquisas clínicas, como a intervenção socioanalítica.

Um modo de análise específico

Os modos operacionais da AI ou, mais simplesmente, as maneiras de proceder a uma análise institucional dividem-se esquematicamente em três categorias:

- as *pesquisas teóricas e históricas*, que reagrupam os trabalhos epistemológicos e conceituais, assim como os sócio-históricos, cujo material pode ser tanto teórico como historiográfico;
- as *pesquisas empíricas*, fundadas em investigações (no sentido genérico do termo), recorrendo a observações de campo, entrevistas etc.;
- a *socioanálise* (isto é, análises institucionais de orientação *clínica* ou *em situação*), que se subdivide, por sua vez, em intervenção socioanalítica e análise interna⁵.

Depois de aproximadamente trinta anos, estes diferentes modos se traduzem em pesquisas de importância numérica desigual. Juntas, as pesquisas empíricas e a socioanálise formam o *corpus* mais numeroso. Mas a socioanálise, não obstante seja a prática mais codificada e mais popularizada da AI, ocupa nesse *corpus* um lugar minoritário. Esta inferioridade⁶ deve ser atribuída às suas condições de realização, sempre difíceis de reunir, a começar pela emergência de uma demanda coletiva estruturada, ligada a um grupo no interior de uma unidade social, e a formulação de uma encomenda que supõe a presença de pessoas com poder de decisão ou dirigentes fortemente motivados para fazer um contrato de intervenção analítica em seu domínio de competência etc.

Esta divisão em três modos pode parecer algo arbitrária, na medida em que cada um deles concorre, pouco ou muito, para a finalidade dos dois outros. Se a socioanálise, por exemplo, tem por primeiro objetivo desvelar clinicamente situações singulares e localizadas, a fim de elucidar como a instituição a elas se liga, pode igualmente concorrer para enriquecimentos teóricos relativos aos conceitos que experimenta (analisador, implicação). Da mesma forma, a pesquisa empírica pode apresentar, pontualmente, fases socioanalíticas. Nada disso impede que cada um dos modos corresponda a uma prática específica da AI, mobilizando uma parte de seu paradigma e implicando competências ou habilidades metodológicas e técnicas especiais.

Assim, o trabalho histórico ou socio-histórico tem uma especificidade irreduzível por não remeter a uma realidade viva, contrariamente às pesquisas empíricas e à socioanálise. Além do mais, não é preciso dissimular que ele requer competências especiais, notadamente historiográficas, para reunir o material interpretável com a ajuda dos conceitos de institucionalização, de gênese social e de gênese teórica etc. Em outros termos, o quadro conceitual da AI aplicado à história só é operatório se combinado com técnicas historiográficas e métodos da história; portanto, apenas o uso conjunto permite atingir resultados demonstrativos. A *periodização*⁷, por exemplo, é um instrumento

indispensável para delimitar com maior precisão as fases da institucionalização, seus momentos decisivos e suas inflexões. Também o recurso às fontes mais diretas possíveis, freqüentemente arquivísticas (correspondência, documento original etc.), impõe-se àquele que tem um projeto de análise institucional. Poder-se-ia mesmo afirmar que a combinação entre AI e história exige entrar no detalhe dos acontecimentos e das práticas históricas (do passado), isto é, proceder às reconstituições mais minuciosas e mais detalhadas possíveis; em outros termos, a uma microscopia – escala em que a combinação AI/história se revela mais pertinente⁸.

Neste sentido, a macro-história (ou história geral) não é, de forma alguma, o “território” mais propício às análises institucionais. Percebe-se facilmente que uma aplicação impensada do vocabulário da AI aos movimentos maiores da história revolucionária, como a Comuna de Paris⁹ ou os Conselhos operários, pouco contribui para enriquecer sua compreensão. Caracterizar tais acontecimentos como “analisador histórico” é, no melhor dos casos, uma hipótese heurística, que necessitaria ser trabalhada no nível do detalhe de sua realidade histórica concreta a fim de produzir uma inteligibilidade nova quando comparada à produzida pelos historiadores profissionais. No caso da Comuna de Paris, por exemplo, isso implicaria reconstituir a cadeia de acontecimentos significativos que a compõe, de março a junho de 1870, visando a delimitar o campo dos seus efeitos analísadores, a natureza dos mesmos, sua ressonância e amplitude, notadamente junto às forças sociais e políticas afetadas etc. Sem este trabalho longo e minucioso, o “analisador histórico” permanece uma fórmula sedutora, mas vazia.

Inversamente, a micro-história, a história institucional ou biográfica, em razão da escala reduzida de seus objetos de estudo (um estabelecimento educativo, uma corrente científica, uma figura intelectual ou erudita), parecem gêneros muito mais apropriados à combinação com a AI.

Uma nova perspectiva: a AI socio-histórica de estabelecimento

Devido a exigências metodológicas e técnicas próprias, a pesquisa socio-histórica, concebida como modo específico da AI, parece radicalmente separada dos outros modos operacionais, particularmente da socioanálise. Pesquisa socio-histórica e socioanálise aparentam se desdobrar, efetivamente, em planos destinados a jamais se encontrar, um ancorado no passado dos acontecimentos históricos, outro situado no aqui e agora mais imediato da vida institucional. À atividade erudita na calma das bibliotecas e dos arquivos opõe-se a intervenção ativa, com seu cortejo de tensões grupais e de relações de poder diretamente vividas.

Este corte, contudo, não tem a profundidade que uma visão um tanto superficial faria supor. Antes de tudo, a pesquisa histórica ou socio-histórica não é praticada no silêncio das necrópoles, como imaginam os que não a fazem. Ela pode ser o lugar do desafio de uma atualidade muito mais candente do que geralmente se crê. Os exemplos são abundantes. Para convencer-se, basta evocar os debates e polêmicas em que a história e os historiadores estão eventualmente enredados. Penso no que se passa com os historiadores da Segunda Guerra Mundial (casos Papon ou Jean Moulin, espoliação dos judeus etc.) ou com os da guerra de independência na Argélia. Porém o mesmo ocorre com os pesquisadores que, tratando de questões muito menos trágicas, são envolvidos nas consequências atuais de seu trabalho. Refiro-me, por exemplo, ao impacto da história da psicanálise empreendida por E. Roudinesco. Teríamos igualmente muito a dizer sobre os efeitos de nossa “redescoberta” de Le Play no meio das ciências sociais. Em suma, mesmo quando o autor visa apenas a produzir um conhecimento objetivo, o trabalho histórico pode ter efeitos analisadores do presente e pode inclusive engendrar, se forem reunidas circunstâncias para tanto através de dispositivos grupais que permitam uma palavra coletiva¹⁰, verdadeiros momentos socioanalíticos. De uma maneira geral, uma viva implicação está em funcionamento no trabalho

histórico e nada proíbe os autores de se apoderar dela, trazendo-a à luz e tentando analisá-la. Deste ponto de vista, a aproximação com a socioanálise é possível.

Foi neste espírito socioanalítico que Kalaora e eu, em *Les inventeurs oubliés* (1989), procuramos analisar os desafios de nossa redescoberta de Le Play. Primeiramente, por sinal, desafio para nós mesmos, o que remete à implicação pessoal do pesquisador, tão cara a René Lourau. Mas igualmente, e sobretudo, desafio da pesquisa em si mesma. Ultrapassando os pesquisadores e suas implicações pessoais, tal desafio se situa em níveis (políticos, sociais e institucionais) onde, poder-se-ia dizer, a pesquisa assume sentido independentemente de seus autores; onde, quaisquer que sejam as intenções dos mesmos, ela lhes escapa.

Esta concepção ampliada da análise da implicação nos levou a elucidar as “condições de possibilidade” de nosso trabalho, isto é, a vinculá-lo aos diferentes elementos contextuais que o facultaram (crise da sociologia, evolução ideológica da sociedade francesa etc.) e, ao mesmo tempo, a esclarecer de que evoluções (científicas, sociais e ideológicas) nossa pesquisa era parte.

Este raciocínio socioanalítico¹¹ desenvolvido no quadro de uma pesquisa socio-histórica foi pouco percebido pelos analistas institucionais leitores, de tal modo é pregnante, em matéria de socioanálise, o modelo do procedimento clínico, no qual se trabalha com grupos de pessoas às voltas com uma realidade imediata, vivida como problemática. Pode-se decerto deplorar essa falta de “imaginação socioanalítica”, mas isso também convida a colocar o problema da junção entre socio-história e socioanálise em novos termos e a refletir sobre os dispositivos que permitiriam realizá-la.

Trabalhos recentes sobre o método monográfico levam-me atualmente a pensar que, se quisermos ter êxito na junção, é preciso caminhar na direção da AI socio-histórica aplicada aos estabelecimentos. Entendido como uma forma institucional localizada, independentemente

de seu setor de atividade (educação, cuidados, produção de bens e serviços etc.), um estabelecimento aparece como um objeto particularmente pertinente para uma análise institucional que articularia várias dimensões, algumas ligadas à pesquisa histórica e empírica, outras à socioanálise.

Com efeito, um estabelecimento apresenta muitas características favoráveis à combinação entre AI e história, notadamente a dimensão reduzida, que facilita a microscopia; a continuidade histórica sobre um mesmo lugar, que permite nele concentrar a pesquisa tanto diacrônica como sincrônica; o caráter de objeto tangível, fisicamente apreensível e dimensionável. Mas atenção! Não nos enganemos: o estabelecimento não se confunde com sua aparência formal, com sua morfologia. Está no cruzamento de determinações internas e externas, cujo entrelaçamento constitui sua transversalidade. Ele tem, portanto, uma história interna: a de suas finalidades originais e de sua evolução, de seu pessoal e de seus usuários, de seu regulamento e de seu funcionamento, de seus resultados etc. Mas igualmente possui uma história externa: a do ambiente político e social próximo e distante, do quadro jurídico e econômico em que se insere. Histórias interna e externa estão em interferência, e é para restabelecê-las e desenredá-las que uma AI sócio-histórica deve ser promovida. Ela tem instrumentos para tanto, sobretudo se adotar progressivamente um método monográfico renovado, que não volte o olhar exclusivamente para a internalidade de uma história institucional fechada, abrindo-o, ao contrário, às interações com o “contexto”¹².

A socioanálise poderia confortavelmente acoplar-se a esta análise institucional socio-histórica, na medida em que a história do estabelecimento ganhasse sentido para os atuais integrantes do mesmo e estes decidissem investir no processo. Neste caso, o projeto não mais seria estritamente histórico; teria por objetivo explícito esclarecer o presente através da restituição do passado. Operação de anamnese, ele retomaria a finalidade atribuída por Henri Lefebvre ao “método regressivo-

progressivo”, cuja adoção, em uma perspectiva de AI, propusemos já em 1988.

As modalidades de uma tal anamnese socioanalítica não são muito difíceis de imaginar. Elas se serviriam, evidentemente, dos diversos dispositivos grupais há muito experimentados pela socioanálise, com uma diferença no tocante à tarefa e à duração. O processo socioanalítico propriamente dito só poderia efetivamente ter início depois que as investigações historiográficas tivessem começado e fornecido seus primeiros resultados. Levando em conta o longo trabalho que tais investigações supõem, a duração e o desenrolar deste novo gênero de intervenção encontrar-se-iam, portanto, sensivelmente modificados se comparados às intervenções socioanalíticas “clássicas”. O papel do terceiro interventor também seria diferente. Sendo socio-historiador e socioanalista, antes da socioanálise, ele teria por missão conduzir o trabalho historiográfico que, diferentemente dos trabalhos socio-históricos não socioanalíticos, seria necessariamente um empreendimento coletivo a cargo de grupos de pesquisa compostos por voluntários no seio do estabelecimento.

O socio-historiador socioanalista deverá, igualmente, criar as condições práticas para que funcione, numa perspectiva analítica, o jogo de espelho entre o passado e o presente, em elucidação recíproca. Cabe a ele imaginar um “dispositivo especular” para que a atualidade problemática do estabelecimento venha a se refletir na sua história, revelada pouco a pouco. Em suma, os membros do estabelecimento serão convidados pelo interventor a um questionamento do presente pelo passado (e reciprocamente).

Como conclusão, finalizando este “estado da arte” das pesquisas socio-históricas referidas à AI, vale dizer que se revelam mais que um elemento constitutivo das aplicações da AI, pois delas é possível esperar novos desenvolvimentos. Com efeito, quer se trate de domínios já explorados (história da educação e das ciências do homem) quer do novo

domínio que se abre (história dos estabelecimentos), as pesquisas socio-históricas não parecem carecer de perspectiva de implementação.

* Texto inédito. Tradução: Paulo Schneider. Revisão técnica da tradução: Heliana de Barros Conde Rodrigues e Sonia Altoé.

** Professor da Universidade de Paris VIII, responsável pelo Laboratório de Ciências da Educação. Autor (com B. Kalaora) de *Les inventeurs oubliés, F. Le Play et ses continuators aux origines des sciences sociales*, Champ Vallon, 1989, e *Les débuts de la sociologie empirique*, Méridiens Klincksieck, 1994. Redator-chefe da revista *Les Études Sociales*.

¹ Neste texto, a sigla AI designa o paradigma científico. Para distinguir tal paradigma das pesquisas particulares às quais ele dá lugar, parece-nos preferível designar estas últimas pela expressão “análise institucional”, por extenso.

² A. Savoye. “Du passé, faisons l’analyse. Le traitement de histoire”. In: *Perspectives de l’analyse institutionnelle*, Méridiens Klincksieck: 1988, p. 153-164.

³ Cf. (sob a direção de Nathalie Duval e A. Savoye) “L’École des Roches, creuset d’une éducation nouvelle”, *Les Études Sociales*, n°. 127-128, 1998, 264 p.

⁴ Sob a direção de Gilles Monceau e A. Savoye, “Monographie et éducation”, op. cit., n°. 133, I – 2001, 152 p. (com contribuições de J. F. Marchat e A. Lamihi).

⁵ Propuséramos denominar “socioanálise participante” os processos socioanalíticos desenvolvidos sem apelo a um terceiro interventor, inspirando-nos na “observação participante” dos etnólogos (Hess e Savoye, 1993, cap. X, p. 112). Porém, em função dos problemas de compreensão que a expressão provoca, é preferível abandoná-la e manter a antiga denominação “análise interna” para qualificar esse tipo de processo. A despeito dos trabalhos de P. Boumard (cf. *Les savants de l’intérieurs*), a expressão “socioanálise participante” não conseguiu demonstrar sua viabilidade.

⁶ Para um balanço das intervenções socioanalíticas que resultou em uma publicação, ver Gilles Monceau.

⁷ Por periodização, deve-se entender uma operação essencial que torna inteligível uma sequência histórica, rompendo a linearidade da cronologia dos acontecimentos mediante a construção de períodos segundo critérios derivados da problemática geral da pesquisa.

⁸ Parece-me que um trabalho de René Lourau sobre as assembléias da Revolução Francesa, ainda inédito, segue esta linha.

⁹ Cf. Georges Lapassade, “La Commune de Paris, un analyseur historique”, *Autogestions et socialisme*, n°. 15, 1971.

¹⁰ Aquilo que Guattari chama “agenciamento coletivo de enunciação”.

¹¹ Esta tentativa, além do que aparece na própria obra (primeira parte: “a redescoberta de Le Play”), teve ainda um outro efeito, sob a forma de uma sessão de avaliação coletiva da pesquisa, da qual participaram Michel Marié e René Lourau.

¹² Um bom exemplo desse método monográfico, que liga o interno e o externo na melhor tradição de Le Play, parece-me ser uma obra recente consagrada aos dez primeiros anos de um estabelecimento de formação de educadores e de observação de crianças, situado em Toulouse. Cf. Juliette Jover, *L’enfance en difficulté dans la France des années 1940* (com um prefácio de J. Oury), Eres, 1999.